



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 21, v. 3
maio-jun.2025
p. 292-308

Mulheres em situação de rua abrigadas: vulnerabilidades e resistências no cotidiano

(Shelteredhomeless women: vulnerabilities and resistance in everyday life)

(Mujeres sin hogar acogidas: vulnerabilidades y resistencias en la vida cotidiana)

Ana Luiza Martins Ferroni Alves¹
Flávia Fernandes de Carvalhaes²

RESUMO: Esta pesquisa qualitativa de iniciação científica investiga, por meio de uma análise interseccional, vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas de usuárias do serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de rua, debatendo também algumas das estratégias de enfrentamento articuladas por elas no cotidiano. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica e, em um segundo momento, mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina bem como autorização das participantes, a investigação seguiu pela perspectiva metodológica da pesquisa participante, com o intuito de vivenciar parte das atividades realizadas no cotidiano do referido serviço público e, principalmente, articular conhecimentos em diálogo com as mulheres abrigadas. Por fim, nas considerações finais, são analisadas estratégias de autodefinição que as usuárias articulam como resistência aos estereótipos vinculados à situação de rua.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade; Mulheres; Situação de Rua; Resistência.

Abstract: This qualitative scientific initiation research investigates, through an intersectional analysis, individual, social and programmatic vulnerabilities of users of the institutional shelter service for homeless women, also debating some of the coping strategies articulated by them in their daily lives. Initially, a bibliographical review was carried out and, secondly, upon approval by the Research Ethics Committee of the State University of Londrina as well as authorization of participants the investigation followed the methodological perspective of participatory research, with the in order to experience part of the activities carried out in the daily life of the aforementioned public service and, mainly, to articulate knowledge in dialogue with the sheltered women. Finally, in the final considerations, self-definition strategies that users articulate as resistance to stereotypes linked to homelessness are analyzed.

Keywords: Vulnerability; Women; Street Situation; Resistance.

Resumen: Esta investigación cualitativa de iniciación científica investiga, a través de un análisis interseccional, las vulnerabilidades individuales, sociales y programáticas de las usuarias del servicio de albergue institucional para mujeres en situación de calle, debatiendo también algunas de las estrategias de afrontamiento articuladas por ellas en su vida cotidiana. Inicialmente, se realizó una revisión bibliográfica y, en segundo lugar, con la aprobación del Comité de Ética en Investigación de la Universidad Estatal de Londrina y la autorización de los participantes, la investigación siguió la perspectiva metodológica de la investigación participativa, con el objetivo de experimentar parte de las actividades realizadas en el cotidiano del mencionado servicio público y, principalmente, la articulación de conocimientos en el diálogo con las mujeres acogidas. Finalmente, en las consideraciones finales se analizan las estrategias de autodefinición que los usuarios articulan como resistencia a los estereotipos vinculados al sinhogarismo.

Palabras clave: Vulnerabilidad; Mujer; Personas sin hogar; Resistencia;

¹ Graduada em psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Residente técnica da Secretaria de Justiça do Estado do Paraná. E-mail de contato: martinsanaluiZZa@gmail.com

² Doutora em psicologia. Professora adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. E-mail de contato: fcarvalhaes@uel.br



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 24/07/2024
Aceito em 30/11/2024

1 Introdução

O presente artigo analisa, por meio de perspectivas qualitativa e participante, condições que implicam em vulnerabilidades nas trajetórias de vida de mulheres em situação de rua que são usuárias de um serviço de acolhimento existente em uma cidade do interior do Paraná. A análise percorre, ainda, parte das estratégias de resistência, por meio da autodefinição, que estas mulheres criam para si no cotidiano.

Considerando esse panorama, parto do pressuposto e do compromisso ético de não universalizar as existências dessas mulheres, considerando, sobretudo, que seus processos de subjetivação são constituídos por experiências plurais de gênero, raça, classe, credo, corpo, entre tantos outros marcadores sociais de diferença. Portanto, essa pesquisa articula uma análise interseccional das condições objetivas e subjetivas que implicam em vulnerabilidades nas trajetórias de vida delas, bem como dos processos dessas mulheres de autonegação. Nesta perspectiva, articulo noções dispostas pelos movimentos antirracistas e de luta antimanicomial, considerando as sujeitas acolhidas pelo serviço numa perspectiva interseccional, valorizando a autonomia, voz e lugar de fala delas.

Em vista disso, recorro também como ferramenta de análise a noção de interseccionalidade (Collins, 2019), que problematiza marcadores sociais de diferença de maneira mais integrativa, superando concepções anteriores que situam perspectivas de raça, gênero e classe como entidades distintas e excludentes. Sintetizando, evoco essa categoria analítica devido à urgência em considerar a pluralidade de atravessamentos sociais que culminam em experiências singulares e coletivas nos processos de subjetivação das mulheres que utilizam a Casa.

A relevância desse estudo se justifica devido à escassez de pesquisas que articulam problematizações sobre as vivências das mulheres em situação de rua no Brasil, principalmente quando a análise é realizada a partir de uma investigação participante. Há também uma escassez de pesquisas que analisam sobre o locus de marginalidade de mulheres que acessam os abrigos, sendo essas, muitas vezes, demarcadas por noções moralizantes e/ou judicializantes, ao invés de serem reconhecidas como sujeitos de direitos capazes de elaborar um saber próprio sobre si.

Esse estudo também pontua a transitoriedade das condições dispostas pela ausência de habitação fixa e fragilidade de laços familiares quando enfatiza a rua enquanto “situação”, rompendo com a essencialização dessa categoria social, principalmente por tratar de um grupo heterogêneo que engloba diferenças sociais impossíveis de serem enquadradas no estereótipo existente do/a “morador/a de rua”. Em concordância, também não procuro essencializar o que é ser uma mulher e, por consequência, esquadriar e delimitar o que seria uma mulher em situação de



rua (Sarmiento; Pedroni, 2017). Em síntese, há uma série de aspectos que interferem na experiência do que é ser uma mulher e estar vivendo nas ruas, nos abrigos e na sociedade no geral, por isso, essa pesquisa pauta esta categoria em suas diferenças e intersecções.

Além disso, evoco dados do último censo sobre a população em situação de rua de São Paulo (2021) e que indicam a importância dessa investigação. O Censo mapeou a distribuição de identidade de gênero das pessoas em situação de rua da cidade, sinalizando que 19,9% estão situados para além da categoria homem cisgênero – aqui elenco mulheres cis, mulheres trans, homens trans, travestis, pessoas agênero e não-binárias – bem como 70,8% são autodeclarados pretos e pardos. Nesse censo também se elenca que apenas 29% das pessoas que enfrentam a situação de rua permanecem mais de seis meses em serviços de acolhimento institucional. Outro dado que chama a atenção é que no ano de 2019 cerca de 48% dessas pessoas estavam abrigadas, já em 2021 (último censo) esse número foi reduzido a 39%. Entretanto, entre 2019 e 2021, mais 7540 pessoas acabaram em situação de rua, me levando a questionar sobre motivos pelos quais o que número de sujeitos vagando pelas ruas aumente à medida que a quantidade de pessoas abrigadas diminui.

Sinalizo que este artigo está dividido em três momentos. Inicialmente, debato sobre aspectos metodológicos que balizaram a pesquisa. Em seguida, analiso condições que implicaram(am) em vulnerabilidades nas trajetórias de vidas das mulheres abrigadas. Por fim, ensaio, sem a intenção de esgotar o debate, algumas considerações finais, esquadriando possíveis estratégias de resistência por meio da autonegação evocadas por essas mulheres. Por fim, relato que embora eu escreva esse artigo em primeira pessoa, não reivindico uma autoria que se afirma como individual, sendo esta produção coletiva. Deste modo, os debates e escrita foram insistentemente articulados em diálogo com a coautora do texto.

2 Localização da Instituição e percurso metodológico

O acolhimento institucional estudado nesse artigo é um serviço sem fins lucrativos que presta acolhimento para mulheres em situação de rua, apelidado pela rede municipal como Casa Feminina, que se apresenta como serviço de alta complexidade que compõe o terceiro setor e recebe financiamentos municipais, bem como doações da comunidade, seja de pessoas físicas ou jurídicas. A missão divulgada pela instituição é “acolher pessoas em situação de rua, abuso de drogas e exploração sexual que desejam deixar suas condições precárias, para assumir uma nova identidade através do conhecimento da pessoa de Cristo” (informação divulgada nas redes sociais do serviço).



Minha escolha em localizar a Casa Feminina como campo de pesquisa se deu pelo serviço ser o único que oferece abrigo para mulheres em situação de rua na cidade do interior do Paraná na qual eu resido. Esta instituição acolhe um grupo heterogêneo de mulheres vulneráveis pela condição de viverem de rua, como, por exemplo, transgêneros, cisgêneros, gestantes e/ou acompanhadas de crianças pequenas e outras particularidades. Na Casa acontecem oficinas e atendimentos articulados pela equipe técnica (psicóloga, assistente social e educadoras), além das tarefas domésticas e outras manutenções da instituição que são organizadas pelas próprias acolhidas. O serviço dialoga cotidianamente com a rede intersetorial, tecendo pontes com o Centro de Referência Especializado para População de Rua (CENTRO POP), os CAPS (em especial o Centro de Atendimento Psicossocial Itinerante), o Consultório na Rua, outros abrigos, casas de passagem, repúblicas, entre outros serviços espalhados na cidade.

A Casa costuma acolher as mulheres por cerca de 45 dias e, após esse período, as acolhidas são avaliadas por meio de estudo de caso, onde se debate possibilidades de encaminhamento delas para outros serviços que visem a superação da situação de rua e a promoção da autonomia, como, repúblicas leves ou moderadas e serviços próprios para jornada de desinstitucionalização das pessoas em situação de rua. Sobre isso, cabe um adendo: mães com crianças pequenas são acolhidas pela casa, mas seu encaminhamento para outros serviços é considerado mais urgente, isso porque o ambiente da Casa não é avaliado como próprio para manter as crianças por muito tempo, em vista disso, as mães com crianças costumam permanecer na casa por cerca de uma semana.

Os portões da Casa têm horários pré-estabelecidos para abrir e fechar e as acolhidas precisam se organizar para sair e entrar nesses momentos, sendo que, se uma acolhida não retorna até o horário das 17h (última abertura do portão) sem previamente justificar o motivo, considera-se evasão. Quando uma acolhida evade, só pode retornar para a casa após 48h, reivindicando o acolhimento através da central de vagas do município. Além disso, quando a acolhida conhece o serviço algumas regras são pactuadas, o descumprimento desses acordos pode acarretar o desacolhimento. Dentre as regras, estão a necessidade de estar sóbria, a divisão das tarefas domésticas, o zelo pela convivência pacífica e respeito entre acolhidas e técnicas, entre outros acordos.

Considerando o breve esquadramento do campo de pesquisa, a investigação assumiu enfoque qualitativo, sem a intenção de elaborar respostas categóricas sobre os prováveis focos a serem estudados, mas no sentido de “abarcando a heterogeneidade engendrada pelo encontro com o outro” (Mansano, 2012, p.3). Nesta direção, a investigação foi iniciada através de um



levantamento bibliográfico (Severino, 2013), averiguando as produções científicas dispostas nos sites *Scielo* e *PEPPSI* nos últimos 10 anos, a partir das palavras-chave “mulheres”, “situação de rua”, “vulnerabilidades” e “resistência”. Analisei a existência de estudos que problematizam as condições objetivas e subjetivas de mulheres em situação de rua, bem como daquelas abrigadas em casas de acolhimento. Para Severino (2013), a pesquisa bibliográfica consiste em problematizar e sintetizar explicações partindo de registros científicos já existentes, tornando os artigos, livros, documentos, teses e outros materiais como fontes de investigação. Dessa forma, o trabalho do/a pesquisador/a parte de contribuições já publicadas, para delimitação de enfoques próprios de investigação. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa evidencia o caráter coletivo e cumulativo do conhecimento, à medida que parte de outras proposições para estruturar novas categorias de análise.

Após a etapa de levantamento e sistematização bibliográfica, parti para o processo de coleta de dados em campo no abrigo, por meio da participação em parte das atividades desenvolvidas no cotidiano institucional, especificamente nas sextas-feiras no período vespertino. A escolha do dia e horário citados se deu pelo tempo disponível para a realização das atividades de pesquisa, bem como pela disponibilidade do acolhimento em me receber. Minha participação nas atividades foi balizada por meio da proposta metodológica da pesquisa participante (Brandão; Borges, 2007), onde a participação em atividades cotidianas, ou seja, na vida concreta das mulheres abrigadas, teve o objetivo de proporcionar espaços dialógicos que possibilitaram a interação e a partilha, ainda que parcial, de experiências e sentidos construídos por elas sobre essas vivências. Logo, assim como analisam os autores, na pesquisa participante:

deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações - a vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem inter-atuamos. (Brandão; Borges, 2007, p. 54)

Ressalta-se, por fim, que esta segunda etapa aconteceu posteriormente à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, bem como mediante a autorização das mulheres que residem na casa. Tendo pontuado os aspectos metodológicos, analiso a seguir condições que implicaram(am) em vulnerabilidades nas trajetórias de vidas das mulheres abrigadas que conheci nas minhas andanças pelo campo de investigação.



3 Algumas das vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas das mulheres que acessam a casa

Dialogando com Vilela (2005), a noção de vulnerabilidade remete a condições psicológicas, afetivas, culturais, estruturais e institucionais presentes no cotidiano dessas mulheres e que, de modo interseccional, implicam em significados plurais e em processos de desproteção nas suas trajetórias de vida. Vulnerabilidades se articulam, portanto, de modos complexos, considerando aspectos individuais e coletivos que aumentam e/ou diminuem as condições de risco no cotidiano. Neste bojo, destaco parte das vulnerabilidades individuais, sociais (culturais) e programáticas (que se referem ao campo das políticas públicas) presentes nas trajetórias das mulheres abrigadas.

Algumas das vulnerabilidades individuais observadas dialogando com as mulheres abrigadas dizem respeito a uma descontinuidade na percepção de noções de tempo e espaço, demonstrada por algumas delas como, por exemplo, em episódios nos quais relataram dificuldade em lembrar há quantos dias estão no acolhimento e/ou há quanto tempo evadiram da Casa e ficaram nas ruas. Essa descontinuidade também aparece por vezes quando se remetem ao passado, como os relatos de histórias que se contradizem em relação à cronologia dos acontecimentos, entre outros exemplos.

Nos dias em que algumas estão mais vulneráveis, em meio a episódios mais acentuados de ansiedade, notei maior dificuldade delas em lidar com as demandas do cotidiano, apresentando dúvidas de onde estavam ou quem são as técnicas de referência da casa ou até questionamentos sobre quem eu era. Essas vivências na casa lar me convidaram ao questionamento sobre efeitos físicos e psicossociais da situação de rua, por ser esta uma trajetória marcada por desproteções, uso intensivo de drogas, vivências constantes de brutalidades na relação com a polícia, desigualdades de gênero, desnutrição, precariedade das políticas públicas de atendimento à população vivente na rua, entre outras condições de risco.

Destaco também que a dinâmica de descontinuidade também me afetou enquanto pesquisadora, porque a estratégia metodológica escolhida se baseava principalmente na realização de conversas cotidianas, e, por vezes, os diálogos com as mulheres foram descontinuados. Por exemplo, estabeleci vínculos com algumas acolhidas que evadiram da instituição, ou que recaíram ao uso de substâncias, o que implicou em impossibilidade de continuidade das conversas. Muitas vezes, os diálogos com as mulheres também não foram possíveis mediante a outras demandas institucionais que atravessavam minha atuação como pesquisadora e me convocavam a desfocar dos objetivos da investigação. Em vista disso, parte da trajetória de pesquisa se configurou por meio dos processos de vivenciar esses momentos de descontinuidades, ser afetada por essas



experiências, trabalhar essas questões em supervisão e retomar o passo a passo da pesquisa.

Além disso, algumas acolhidas apresentam certas dificuldades cognitivas que podem ser decorrentes de muitos anos de abuso de substâncias, evasões escolares, histórico de transtornos mentais e/ou violências familiares vividas, entre outras suposições. Ademais, uma parte significativa delas passou por sucessivas internações em clínicas de reabilitação e/ou psiquiátrica, nas quais determinadas práticas manicomiais podem ter contribuído para intensificar essas dificuldades, por estarem articuladas a processos intensos de institucionalização (Goffman, 1961). Destaco, como exemplo, dificuldades de algumas delas em responder perguntas pontuais sobre dados pessoais para preenchimento de protocolos da instituição e/ou lentidão em reagir aos fatos cotidianos.

A grande maioria delas apresenta também algum problema de saúde, agudo ou crônico, e quase todas relatam dificuldades em iniciar ou continuar os tratamentos, seja por questões de locomoção, falta de entendimento sobre o fluxo de encaminhamentos do SUS, dificuldade de apropriação da linguagem médica, constantes migrações territoriais e/ou receio de sofrer preconceitos nos serviços públicos de saúde pela condição de viventes na rua, mais especificamente pela hipervisibilidade dos seus corpos ao acessarem esses serviços. Também existem dificuldades em entender como a ausência de determinados cuidados pode prejudicar a saúde de outras pessoas da casa, como, por exemplo, uma acentuada resistência em utilizar máscara em casos de Covid-19 e o consequente desacolhimento das mulheres que se negam a usá-la para evitar contágios.

Em vista disso, o recorte analítico de gênero e classe dessa investigação percorre as condições sociais de risco que a noção cultural de feminino agrava, o que no contexto da situação de rua se exemplifica pela incidência alta de estupros, o trabalho sexual, a gestação e a pobreza menstrual. Parafraseando a autora:

Na perspectiva da vulnerabilidade, não seriam apenas os efeitos da pobreza e da desigualdade econômica, traduzidos na falta de acesso a bens e serviços, os responsáveis pela heterogeneidade nos perfis de morbimortalidade entre os diversos grupos humanos. Diferentes mecanismos de exclusão social, discriminação e opressão relacionados ao gênero, à etnia, à faixa etária e ao modo de exercer a sexualidade também interferem no grau de saúde das populações, ao facilitar a ocorrência de alguns agravos ou ao dificultar o acesso aos meios para a sua prevenção e cuidado. (Vilela, 2005, p. 68)

Gostaria também de somar ao debate sobre a noção de vulnerabilidade, o detalhamento proposto pela pesquisadora Carvalhaes (2008), que situa que as condições de risco presentes nas trajetórias de mulheres não ocorrem simplesmente em consequência de ações individuais e tomada de decisões, mas como um processo complexo profundamente marcado por questões sócio-históricas e culturais e que atravessam os corpos das usuárias do referido abrigo. Essa perspectiva se torna necessária para não moralizar e tampouco individualizar os percursos que



acarretaram a situação de rua, principalmente considerando que muitas já estavam desassistidas e desprotegidas bem antes de não terem moradia fixa (Nardes; Giongo, 2021). Nesse sentido, considero a complexidade envolvida nos processos de produção de vulnerabilidades sociais, bem como a multiplicidade de estratégias de enfrentamento a essa condição.

Destaco ainda, sobre a importância de debater as vulnerabilidades sociais das acolhidas a partir de uma perspectiva interseccional, considerando implicações de marcadores sociais de diferença que constituem as histórias das mulheres que passam pela casa. Primeiramente, a condição de pobreza é determinante na necessidade de recorrer aos serviços de acolhimento institucional, seja no sentido de uma dificuldade financeira mais pontual – por exemplo, perdeu o emprego e não conseguiu pagar o aluguel – ou uma condição recorrente em suas trajetórias – por exemplo, já vivia em abrigos na infância e adolescência e agora acessa um acolhimento adulto. A pobreza pode ser consequência de múltiplos fatores, como a dependência financeira de ex-companheiros, o desconhecimento sobre os auxílios monetários governamentais, a baixa escolaridade, o agenciamento do trabalho sexual por cafetões/ cafetinas, a presença de dívidas de jogo e/ou drogas, a dificuldade de conseguir e manter um emprego pelos estigmas relacionados ao uso de drogas, a resistência em morar com familiares por um histórico de violações, entre outras problemáticas.

Também, é imprescindível considerar as experiências de viver na rua sendo reconhecida como mulher. Durante minhas andanças pelo cotidiano institucional, escutei histórias de múltiplas violências de gênero vivenciada por elas na relação com familiares e/ou relacionamentos amorosos, como exploração sexual (infantil e adulta), estupro matrimonial, sobrecarga de trabalho de cuidado, abandono na velhice, violência patrimonial, descréditos constantes, transfobia, concomitantes a múltiplos processos de manicomialização e patologização do feminino.

Logo, também entendo que parte do processo participativo de investigação está em questionar os efeitos no meu corpo de escutar tantos relatos de múltiplas violências de gênero. Sobre isso, me questiono também sobre como isso afeta as trabalhadoras do abrigo, em especial as educadoras, que trabalham numa escala de 12-36h e, na grande maioria das vezes, conciliam os plantões que fazem na Casa com plantões em outros acolhimentos institucionais, somando as duas exaustivas escalas. A respeito desses questionamentos, não tenho respostas prontas, tampouco as técnicas e educadoras também conseguem nomear esses processos com facilidades. Noto que a complexidade e urgência das demandas institucionais dificultam que essas trabalhadoras elaborem cada situação vivida, cada relato escutado e/ou cada decisão demandada.

Além disso, como a grande maioria das usuárias do serviço são mulheres negras, as



vulnerabilidades relacionadas às dimensões de gênero e classe estão interseccionadas à racialidade, mais especificamente as vivências de negritude em um país marcado pelo racismo estrutural, o que intensifica a vivência de violências, abandonos e processos de desumanização. Dessa forma, o lugar que essas mulheres ocupam na sociedade brasileira é atravessado pelo duplo fenômeno do racismo e do sexismo, que remonta ao processo de colonização (Gonzales, 1984). Assim, Gonzales analisa como os colonizadores brancos reduziram o status de pessoas negras a condição de escravizadas, submetendo grande parte das mulheres negras a uma servidão sexual extrema, cujos efeitos ressoam – por toda história brasileira, incluso hoje – através da incidência de estupros e demais violências, percebidas também nas trajetórias das mulheres que tive contato no abrigo. Nesse contexto, observo a intensificação das vulnerabilidades sociais quando a judicialização da maternidade é mais evidente nas mães pretas. Ressalto também que quase todas as mães com crianças pequenas que tive acesso no acolhimento eram pretas, algumas das quais acabaram no abrigo pelo outro cuidador das crianças ser assassinado por motivações racistas, evidenciado que condições de maior vulnerabilidade estão necessariamente interseccionadas a dimensões de raça e classe. A respeito das violações agravadas pela condição racial, cabe também citar as violências articuladas entre as próprias acolhidas, através de reproduções de noções normativas de cunho racistas, naturalizadas no boca-a-boca, no dia a dia. Essa reflexão reitera a noção de que não há uma vivência única para a mulher brasileira que vive em situação de rua, denunciando como os impasses e privações são mais agudos para aquelas que não podem usufruir dos privilégios da branquitude.

Ainda no bojo dos atravessamentos de gênero, gostaria de abordar sobre homens que passaram pelas vidas delas, em sua gama de experiências. Lembro de um dia ouvir no fumódromo do abrigo comentários de resistência vindo de mulheres que sobreviveram a relacionamentos violentos – “*Um dia achei que precisava de homem para viver, hoje sei que não preciso deles, preciso confiar em mim*” (sic) –, onde os parceiros a proibiram de trabalhar e se expressar como gostariam, acarretando uma dependência financeira que após o término às levou para as ruas. Entretanto, há também histórias em que a relação delas com homens da família assumia significados outros, estabelecendo, por exemplo, relações de validação emocional e/ou suporte financeiro. Em um desses casos, inclusive, o interrompimento desse apoio familiar veio em consequência à letalidade policial, me fazendo refletir como o Estado que cria instituições de proteção especializada como o Abrigo referido nessa investigação é o mesmo Estado que, através de uma lógica necropolítica (Mbembe, 2018) direcionada à população negra e periférica, coloca em risco pessoas localizadas socialmente como marginais.



Me debruçando ainda sobre a noção de vulnerabilidade, entendo que esta também implica em um repertório linguístico utilizado para sustentar visões de mundo, isso porque classificar pessoas em “situação de vulnerabilidade” as posicionam em locais sociais específicos (Spink, 2022). Nesse sentido, questiono efeitos do uso dessa classificação no cotidiano do abrigo, em especial nos sentidos que essas mulheres atribuem às suas próprias vidas. Por isso, importante situar que o debate sobre vulnerabilidades nessa pesquisa não assume caráter diagnóstico, tampouco incorpora teor individualizante, isso porque não acredito que certos grupos sociais estão determinados por suas vulnerabilidades e sem capacidade de resistência, tampouco defendo o discurso meritocrático de que é possível “emergir” da condição de pobreza extrema através de “esforços próprios”.

Nomear as vulnerabilidades das mulheres acolhidas sem evocar um teor diagnóstico ou individualizante está, também, no reconhecimento das vulnerabilidades programáticas (Rodrigues; Neri, 2012). Estas se referem às políticas públicas que (im)possibilitam o acesso à direitos sociais, ou seja, problematizar sobre vulnerabilidades programáticas implica em analisar ausências, precariedades e/ou insuficiências de políticas públicas destinadas à proteção de populações historicamente desprivilegiadas. Sobre essas perspectivas, Rosa e Brêtas (2015, p. 276) elencam que “a vida na/e da rua não permite clichê; ela é múltipla, é complexa, é locus de conflito e contradição social; aliás, viver na/e da rua per si é uma violência e escancara a desigualdade de direitos dentro de uma sociedade”.

Tendo em vista esse terceiro eixo de análise, percebo que muitas acolhidas apresentam histórias de vida profundamente marcadas por sucessivas violações de direitos. Observei, por exemplo, casos de exploração sexual infantil, situações análogas à escravidão, imigrantes tentando incessantemente retornar ao país de origem, relatos de mortes familiares por execução policial, entre outros exemplos, reiterando a noção de que a vulnerabilidade programática se explicita não somente pela ausência de políticas públicas de fazer viver, mas também pela presença de políticas públicas de deixar – e fazer – morrer (Mbembe, 2018).

Ainda sobre o debate acerca das questões programáticas, o fato de apenas existir um abrigo acolhendo mulheres na cidade já cria, por si só, inúmeras limitações. Isso porque transitar pelas ruas implica em enfrentar vários embates – disputas nas quais as mulheres assumem protagonismo, contrariando a percepção de fragilidade e dependência muitas vezes atribuídas a elas –, seja por território, clientes, itens pessoais, desavenças passadas, dívidas, entre outros analisadores. Acontece que quando uma mulher tenta acessar a casa, mas ela já tem algum histórico de briga com uma acolhida que está na instituição a mais tempo, esta é impedida de ingressar. Dessa forma, a Casa é levada a priorizar o acolhimento de algumas mulheres em detrimento de outras para



tentar resguardar as acolhidas e a instituição, entretanto, aquelas mulheres que são preteridas ficam desprotegidas por não existir outro abrigo para recebê-las.

Tiene (2004), versando a respeito dos desamparos que a rua suscita, descreve que mulheres geralmente não andam desacompanhadas, buscando relações que viabilizem proteção em seu cotidiano e diminua a incidência de certas violências. Infelizmente, essa estratégia pode também gerar uma submissão sexual em troca da proteção, atribuindo aos seus corpos traços de utilidade e obediência (Tiene, 2004). Contudo, no campo também observei estratégias outras, que não se referem apenas a processos de subalternização, transcrevendo também possibilidades de experimentação de autonomia e autodeterminação. A respeito disso, Nardes e Giongo (2021, p. 5) citam que “viver e sobreviver são vitórias tanto pessoais como coletivas, visto que assegurar sua própria vida é vantagem com relação à realidade imprevisível do cotidiano nas ruas”.

Quero situar, ainda, que a mera menção à palavra “rua” suscita vários sentimentos nas mulheres que dialoguei. Ainda que algumas das acolhidas vêem o abrigo enquanto situação transitória, que em seus planos será substituída pela conquista da casa própria, outras mulheres desejam que a transitoriedade de estar no serviço passe logo para voltarem às ruas. Às vezes elas só “suportam” ficar no abrigo enquanto precisam tratar de alguma questão de saúde aguda ou enquanto estão sendo acompanhadas por serviços que exigem comprovante de residência, como quando estão no processo de reorganização de suas documentações e/ou solicitando algum benefício na Secretaria de Assistência Social do município. A dificuldade de permanecer no abrigo quase sempre é explicada pelas regras que organizam a instituição, pelos relacionamentos conflituosos entre algumas acolhidas, a vontade de retornar ao uso de drogas e/ou simplesmente por enxergarem a rua como um espaço de experimentação de liberdade.

Por isso, elenco que é muito comum constar nas justificativas de evasão do acolhimento a dificuldade de elas seguirem as regras do espaço devido à sensação de “sufoco” (*sic*), elucidando, por vezes, incongruências entre as dinâmicas psíquicas e culturais das usuárias em relação às estruturas dispostas pelos órgãos públicos. Devido a incompatibilidade entre organização e público atendido, muitas atribuem representações dos serviços agenciadas a sentimentos de privação – que remete a outras vivências anteriores à casa – e à rua o sentimento de autonomia, apesar das múltiplas violências a que são sujeitadas.

Ainda no leque das intersecções que implicam em vulnerabilidades nas trajetórias de mulheres em situação de rua, problematizo os processos de criminalização da pobreza, considerando todo o aparato de manicomialização e judicialização desses corpos que comumente ocorre no contexto das políticas públicas, que corrobora para transformar, muitas vezes, questões de saúde



coletiva e assistência social em problemas restritos à segurança pública.

Nesta conjuntura, os/as atingidos/as pela guerra às drogas – em geral pretas e pobres que muitas vezes apresentam maiores vulnerabilidades a situação de rua – são localizados como inimigos públicos do Estado capitalista contemporâneo (Fernandes; Fuzinato, 2012). Dessa forma, investigar acerca das condições que implicam em vulnerabilidades nas trajetórias das mulheres em situação de rua, implica também no aprofundamento do debate sobre processos de exclusão social decorrentes de ideologias proibicionistas, que formulam consensos no imaginário social de que a repressão e a institucionalização são as únicas alternativas no tratamento dessas pessoas tidas como desviantes.

Nesse contexto, muitas das acolhidas enfrentam uma relação problemática com o uso de substâncias e, na tentativa de manter a sobriedade exigida para permanecer no abrigo, sofrem de recaídas durante a trajetória de superação do uso abusivo de drogas, envolvendo, por exemplo, acessar várias vezes serviços como o CAPS-AD e algumas Comunidades Terapêuticas. A respeito dessa situação, destaco como muito proveitoso o trabalho realizado pelo CAPS Itinerante, uma política pública que desde 2022 acompanha de forma contínua 12 acolhimentos institucionais na cidade. Parte do trabalho desse serviço é também realizar capacitações com os técnicos e educadores desses acolhimentos, além de reuniões frequentes com as coordenações dos serviços para orientações gerais e supervisão de casos específicos.

Pensando a respeito dessas políticas de monitoramento dos corpos hiper-visíveis, ao entrevistar as mulheres em situação de rua de Porto Alegre – RS, Sarmiento e Pedroni (2017) denunciam que o cuidado em saúde para essa população se restringe aos momentos que estão gestando (por meio do pré-natal, principalmente), fazendo com que as políticas de saúde para essas mulheres estejam quase exclusivamente vinculadas à saúde reprodutiva. Sobre isso, as autoras elucidam ainda que “é nesse estágio que o Estado tem um controle maior sobre o corpo da mulher e que, muitas vezes, se encerra com o fim da gestação e com a retirada das crianças do cuidado das mães” (p.8). Em correspondência a esse debate, quando questionei a uma das acolhidas qual era a sensação de estar grávida, ela me contou que era melhor do que imaginava porque recebia muita atenção, mas que agora só restou a saudade de ter a criança consigo no dia a dia.

Quando entendemos que a retirada dos filhos é uma história recorrente para esse grupo social, se torna imprescindível problematizar quem tem o direito de exercer a maternidade e quais são os efeitos da interdição desse processo quando consideramos que a maternidade é incorporada como processo identitário para muitas mulheres (Medeiros; Zanello, 2018). Em correspondência a esse dado, indago sobre quais serviços suscitam a entrega voluntária dos filhos para adoção, em



especial quando a mãe faz uso de substâncias. Questiono, por fim, sobre serviços que promovem esse cuidado exclusivo durante a gestação para depois desampará-las novamente após o parto, evidenciando quais corpos merecem ou não acesso a mecanismos de proteção social.

Em suma, destaco que a análise interseccional, considerando marcadores sociais de classe, gênero, raça, bem como dinâmicas de violência e precarização das instituições que compõem o cenário das políticas públicas, são imprescindíveis no debate acerca das trajetórias de mulheres viventes na rua. Ainda assim, considerando essas mulheres como sujeitas de suas próprias histórias e com capacidade de agência, entendo que elas também têm possibilidades de traçar para si um campo de possibilidades e de escolhas que assumem contornos de resistência ao reivindicar processos de autodefinição, sendo este o debate que articulo a seguir.

4 Estratégias de resistência: considerações provisórias sobre as autodefinições possíveis

Segundo Patrícia Hill Collins (2019), o poder de autodefinição é uma estratégia de abnegação de estereótipos, adotada por povos historicamente marginalizados – em específico mulheres pretas – para expressar uma perspectiva própria, que renuncia a objetificação que situa determinados modos de existência e pessoas como subserviente – ou seja, que passam por um processo de subalternização. Dessa maneira, ensaio nesta pesquisa um breve debate sobre maneiras pelas quais mulheres usuárias da Casa produzem sentidos sobre suas próprias vidas e traçam possibilidades para si, em meio às múltiplas condições que em seus cotidianos implicam em vulnerabilidades.

Nesta direção, esta pesquisa tem a intenção de contribuir para questionar investigações que consideram mulheres de rua – muitas vezes tidas como “objetos” passivos da pesquisa – a partir da ótica do/a pesquisador/a, induzindo muitas vezes a pressupostos analíticos que não condizem com a autodefinição que elas dão às suas próprias vidas. Logo, na tentativa de articular eixos de análise que também considerem o ponto de vista delas, partilho alguns momentos que no percurso desta investigação me deparei com reivindicações de autonomia das mulheres abrigadas e que traduzem modos com os quais elas reivindicam o protagonismo de suas próprias histórias.

Um exemplo de articulação possível é procurar entender as perspectivas que elas têm sobre a prostituição, isso porque os movimentos feministas têm múltiplas análises sobre essa prática – por exemplo, leituras que representam a prostituição como impositiva e que deve ser abolida, em contraposição a vieses que advogam pela regulamentação desta enquanto prática laboral e exercício de autonomia. Logo, considerando que um dos objetivos da presente investigação foi de ouvir os sentidos que as mulheres constroem sobre si e sobre suas práticas, também escutei, por



exemplo, sobre as vivências na rua de prostituição. Considerar a centralidade dos saberes delas se presentificou como um exercício de alteridade em minha trajetória como pesquisadora iniciante.

Problematizando a questão do trabalho sexual, as mulheres abrigadas produzem múltiplos sentidos em relação às suas experiências na prostituição. Algumas atribuem ao passado na prostituição a consequência de não terem mais desejo sexual nos dias de hoje, entretanto, uma das usuárias relembrou com muito vigor o quanto gostava de fazer programa e como sentia muito prazer com determinados clientes e com o dinheiro que conseguia de seu trabalho. Notei também falas condenatórias de algumas mulheres que já não estão envolvidas na prostituição ao falar sobre as garotas que ainda fazem programa nos pontos que antes eram delas, por meio de frases como: *“as putas de hoje em dia não se valorizam, mostram demais, não deixam mistério”* (sic). Por fim, também ecoam diversos relatos traumáticos sobre o assunto, vindo de acolhidas que, infelizmente, foram forçadas a se prostituir ainda na infância para conseguir sobreviver. Em suma, não existe unidade e universalidade no significado do trabalho sexual para essas mulheres, sendo fundamental considerar as diferenças das experiências e significados articulados por cada uma.

Sobre a urgência em considerar a pluralidade de sentidos que essas mulheres agenciam sobre suas vidas, reforço aqui que a rua também pode ser um espaço de autodefinição, apesar de tantas dificuldades. Nesse sentido, também pude observar que os espaços públicos podem significar uma possibilidade de expressão de si, como uma estratégia de resistência utilizada por algumas delas. Nisso, me referencio – e reverencio – a uma acolhida que é multiartista itinerante, uma travesti que pratica a palhaçaria de rua há décadas. Quando ela conta que “rua” para ela remete a palco, ou seja, um *lôcus* privilegiado de reafirmação de si por meio da arte e que ela não pretende abrir mão desta trajetória em nome de uma vida comum que a sociedade normativa pauta como ideal.

Em suma, se torna evidente que as dinâmicas institucionais da casa lar se articulam de modo padronizado e muitas vezes dissonante à realidade dessas mulheres, ou seja, há também uma lógica que estrutura as relações no abrigo que produz discontinuidades e evasões. Nesta perspectiva, torna-se fundamental interseccionar as vulnerabilidades individuais às condições objetivas com que a precariedade da política pública de atenção e cuidado das pessoas em situação de rua se articula, para que o debate se complexifique e não reproduza lógicas neoliberais de culpabilização individual dessas mulheres por aquilo que muitas vezes é definido como não adesão à proposta e/ou fracasso.

Em síntese, considero que o processo de realização dessa pesquisa articulou uma escuta socialmente engajada e localizada, que semanalmente se interessou em ouvir modos como essas



mulheres resistem às constantes violações de seus direitos e as cenas de brutalidade vividas na rua. Neste percurso, noto que a vida delas nas ruas também se articula por meio de brechas e fissuras que elas constroem para desobedecer e burlar certas normativas sociais, bem como para produzir belezas e encantamentos em suas trajetórias.

A experiência de escutá-las, sobretudo acerca das dores e violências vivenciadas, foi visceral e atordoante, contudo, não acho justo com a complexidade de suas trajetórias reduzi-las às dores e violações vivenciadas. Eu também me deparei com suspiros, detalhes, frestas nas narrativas que me indicaram que há também potência em suas trajetórias, embora seja difícil localizar com exatidão a que momentos eu me refiro, pois muitas vezes estes se referem a dimensão do “não-dito” que constitui a rua como dispositivo (Muchail, 1986).

Algumas das fendas e belezas que eu enxerguei na relação com as mulheres abrigadas me proporcionaram incontáveis aprendizagens sobre maneiras de fazer viver apesar da dor, seja pela dança que as duas garotinhas me ensinaram quando contaram sobre o luto de um ente querido, seja pela balinha de cereja que eu ganhei quando fui com elas na esquina para comprar cigarro e papear, seja pelas risadas nos cafés da tarde. Me permiti chorar, e não somente escutar choros, e os abraços que vieram quando demonstrei minha sensibilidade/fragilidade foram extremamente reconfortantes. Me senti, por vezes, desorientada ao conhecer parte das vidas que transitam no abrigo, mas também percebo que apesar da insistência em me reorganizar durante os processos de pesquisa e de escrita, a vida transborda o exercício de sistematização de dados. Por isso, situo que esse texto é somente uma tradução limitada da realidade vivida em campo, uma realidade múltipla e visceral.

Ao fim, saúdo todas as mulheres que conheci através desse processo investigativo, ainda que muitas só tenham me visto por poucos dias. Agradeço profundamente a oportunidade de ouvir pequenos enxertos sobre suas histórias, isso porque reconheço que muitas delas vivem num estado de guerra constante, e que, apesar disso, baixaram momentaneamente a guarda para dialogar e contribuir com esta pesquisa. Esse trabalho é uma pequena descrição de uma construção coletiva que jamais caberia nessas páginas em sua totalidade, até porque muitas experiências não são nomeáveis. Grande parte das elaborações apresentadas foram vivenciadas em meio a momentos de angústia, disparadas a partir da proximidade com pessoas que vivem situações brutais no cotidiano, contudo, observando o texto final, noto também os encantamentos que se articularam nestes encontros. Portanto, como toda construção coletiva, esse texto é pautado por múltiplos tensionamentos propiciados pelo encontro com a realidade que tentei, ainda que parcialmente, detalhar a partir dessa investigação.



Ressalto também que essa investigação só foi possível graças ao financiamento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), através de uma bolsa de iniciação científica de duração de 12 meses. Agradeço por essa oportunidade.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular, *Revista de Educação Popular*, v. 6, 51-62, setembro de 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988> Acesso em: 24 jul. 2024.

BURGOS, Fernanda; BRIGAGÃO, Jacqueline. Proteção social e comunidade: mulheres, pobreza e as múltiplas vulnerabilidades cotidianas. In: SPINK, Peter *et al.* (org.). *Vulnerabilidade(s) e Ação Pública: concepções, casos e desafios*. São Paulo: Fgv - Eaesp, 2022.

CARVALHAES, Flávia Fernandes de. *Subjetividade e aids: a experiência da doença e da militância na trajetória de vida de mulheres HIV+ vista sob a perspectiva dos estudos de gênero*. Londrina, Associação londrinense Interdisciplinar de Aids, 2008.

COLLINS, Patrícia Hill, *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo, Boitempo, 2019.

FERNANDES, Vagner Ribeiro & FUZINATTO, Aline Mattos. Drogas: Proibição, criminalização da pobreza e mídia. *Anais do Congresso Internacional de Direitos e Contemporaneidade: Mídias e Direitos da Sociedade em Rede*. V-1, p. 1-11, junho de 2012. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4.pdf> Acesso em: 24 jul. 2024.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1961.

GONZALES, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223–244, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4928667/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Alguns desafios colocados para a pesquisa qualitativa na contemporaneidade, *Revista Espaço Acadêmico*, v. 12, p. 01-09, 2012. Disponível em: http://psicam.net.br/content/upload/48_44_artigo_sonia.pdf Acesso em: 24 jul. 2024.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 18, p. 384–403, 2018.



MUCHAIL, Salma Tannus. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: RIBEIRO, Renato Janine(org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 196-208

NARDES, Scarleth; GIONGO, Carmem Regina. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, p. 1-13, abril de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/ZR3svtmGxS4MzrRfMQw6TNt/?lang=pt> Acesso em: 24 jul. 2024.

RODRIGUES, Natália Oliveira; NERI, Anita Liberalesso. Vulnerabilidade social, individual e programática em idosos da comunidade: dados do estudo FIBRA, Campinas, SP, Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 2129-2139, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v17n8/23.pdf> Acesso em: 24 jul. 2024.

SÃO PAULO, Prefeitura municipal. *Pesquisa censitária da população em situação de rua*. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMAD). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZWY4MTE5MGIhZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjcI5liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LTlhNjE1NGM5MGUwNyJ9> Acesso em: 24 jul. 2024.

SARMENTO, Caroline Silveira; PEDRONI, Gabriela. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em porto alegre. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, Florianópolis, v. 11, p. 1-12, 2017. Disponível em: https://www.en.wwc2017eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472587_ARQUIVO_VadeeresistenciaumestudosobreasmulheresemsituacaoderuaemPortoAlegre.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2013.

SPINK, Mary Jane Paris. Vulnerabilidade em contextos de precariedades habitacionais:: quem usa? como usa? que efeitos têm?. In: SPINK, Peter *et al.* (org.). *Vulnerabilidade(s) e Ação Pública: concepções, casos e desafios*. São Paulo: Fgv - Eaesp, 2022. Cap. 3. p. 33-55. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lya-Porto/publication/362419642_Potencialidades_e_desafios_da_agricultura_urbana_em_territorios_de_alta_vulnerabilidade_acao_publica_conexoes_viaveis_e_implicacoes_para_politicas_publicas/links/62e9485d9d410c5ff37ddd2b/Potencialidades-e-desafios-da-agricultura-urbana-em-territorios-de-alta-vulnerabilidade-acao-publica-conexoes-viaveis-e-implicacoes-para-politicas-publicas.pdf#page=33. Acesso em: 24 jul. 2023.

TIENE, Izabele. *Mulher moradora na rua espaços e vivências: entre vivências e políticas sociais*. Campinas, Brasil: Alínea, 2004.

VILLELA, Wilza Vieira. Vulnerabilidade, sexualidade e subjetividade: sobre a face feminina da aids. In: CARVALHO, Márcia Elisa Gonçalves *et al.* *Cultura e subjetividade em tempo de aids*. [s.l.]: Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS: 2005. p. 65-77.

